

Brasil reivindica acesso a mercados desenvolvidos

Maria Luiza Abbott

De Londres

O Brasil aproveitou a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) de avaliação de sua política comercial, em Genebra, para deixar claro que a maior liberalização no país depende de mais acesso aos mercados desenvolvidos. "A política de abertura da economia brasileira, implementada nos anos 90, levou a benefícios inegáveis em modernização, produtividade e competitividade. No entanto, gerou um crescimento significativo nas importações. A sustentabilidade desse processo vai requerer, a longo prazo, acesso correspondente para produtos e serviços brasileiros nos mercados estrangeiros", diz o relatório apresenta-

do pelas autoridades brasileiras na OMC, durante a reunião que terminou na quarta-feira.

Segundo um graduado integrante do time de negociadores brasileiros, o discurso visa a alertar os parceiros de que o governo tem dificuldades políticas e restrições econômicas para ampliar a abertura sem uma contrapartida. "Mesmo que se tenha que enfrentar algumas dificuldades setoriais, para a economia, a liberalização só tem vantagens. No entanto, politicamente, não é possível tomar medidas de liberalização, enquanto seu parceiro, que vai evidentemente melhorar sua participação no seu mercado, não deixa que o país melhore a sua participação no mercado dele", disse esse negociador.

O embaixador José Alfredo

Graça Lima, que chefiou a missão na reunião, em Genebra, explicou que o governo está convencido dos benefícios da abertura comercial. No entanto, o país sabe que será necessário maior liberalização dos países desenvolvidos.

Até agora, não há sinais de que está se iniciando uma nova rodada de negociações na OMC. Mesmo assim, a União Européia diz abertamente que só fará concessões dentro desse contexto. Já os Estados Unidos não têm um mandato para negociar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois o Congresso americano não aprova o "fast track", que permite ao governo dos EUA negociar acordos comerciais que não podem ser modificados pelos parlamentares, apenas rejeitados. A eleição de

um candidato democrata deve dificultar ainda mais essa situação, pois a base política do partido tem restrições a abertura.

No texto que apresentou em Genebra, o Brasil reconhece que as negociações comerciais que resultaram na criação da OMC efetivamente levaram a uma redução generalizada de tarifas. Alerta porém para o grande número de "medidas não tarifárias sofisticadas e não inteiramente transparentes" criadas na maioria dos países mais desenvolvidos. Essa situação, segundo o documento, aparece no déficit comercial do Brasil com seus principais mercados, nos últimos cinco anos. Entre 1995 e 1999, o déficit acumulado com a UE é de US\$ 6,526 bilhões, com os EUA, US\$ 12,215 bilhões, e com o Japão, US\$ 1,655 bilhão.

M. Luiza Abbott

31/4/2000